



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES
UNIDADE ACADÊMICA DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

**“TERRA AMADA, PEQUENA E ATRAENTE”:
DA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
POÇODANTENSE (1994-2016)**

LINEKER ALVES DA SILVA

CAJAZEIRAS/PB

2017

LINEKER ALVES DA SILVA

**“TERRA AMADA, PEQUENA E ATRAENTE”:
DA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
POÇODANTENSE (1994-2016)**

Monografia apresentada à disciplina Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), do Curso de Graduação em História, da Unidade Acadêmica de Ciências Sociais, do Centro de Formação de Professores, da Universidade Federal de Campina Grande, como requisito para a obtenção do título de Licenciado em História.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto

CAJAZEIRAS/PB

2017

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação - (CIP)
Josivan Coêlho dos Santos Vasconcelos - Bibliotecário CRB/15-764
Cajazeiras - Paraíba

S586t Silva, Lineker Alves da.

“A terra amada, pequena e atraente”: da luta pela emancipação à construção da identidade poçodantense (1994-2016) / Lineker Alves da Silva. - Cajazeiras, 2017.

49p.: il.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto.

Monografia (Licenciatura em História) UFCG/CFP, 2017.

1. Poço Dantas - história. 2. Emancipação política. 3. Identidade. 4. Paraíba - história. I. Sales Neto, Francisco Firmino. II. Universidade Federal de Campina Grande. III. Centro de Formação de Professores. IV. Título.

LINEKER ALVES DA SILVA

“TERRA AMADA, PEQUENA E ATRAENTE”:
DA LUTA PELA EMANCIPAÇÃO À CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE
POÇODANTENSE (1994-2016)

Aprovada em: 08 / 05 / 2017.

FPsalvato

Prof. Dr. Francisco Firmino Sales Neto
Examinador

[Handwritten Signature]

Profa. Dra. Mariana Moreira Neto
Examinadora

Danilo de Sousa Cezário

Prof. Esp. Danilo de Sousa Cezário
Examinador

Profa. Dra. Rosemere Olímpio de Santana
Suplente

CAJAZEIRAS/PB

2017

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o processo de emancipação política do município de Poço Dantas, na Paraíba, ocorrido em 1994, verificando seu processo de desmembramento da cidade de Uiraúna. A pesquisa analisou a construção de uma identidade poçodantense, que começou a emergir no percurso histórico de surgimento da cidade e que foi sendo estabelecida pela população local por meio de diversos processos e símbolos político-culturais. Este estudo é fundamental para o conhecimento do processo de construção e formatação do município, identificando os representantes políticos que tiveram participação nesse importante período da história de Poço Dantas, como também a consolidação de uma identidade social que é assumida e vivenciada por sua população atualmente.

Palavras-chave: Poço Dantas, Emancipação Política, Identidade.

ABSTRACT

The objective of this work is to analyze the process of political emancipation of the municipality of Poço Dantas, in Paraíba, occurred in 1994, verifying its process of dismemberment of the city of Uiraúna. The research analyzed the construction of a poçodantense identity, which began to emerge in the historic course of the city's emergence and was established by the local population through various political and cultural processes and symbols. This study is fundamental for the knowledge of the process of construction and formatting of the municipality, identifying the political representatives who participated in this important period of the history of Poço Dantas, as well as the consolidation of a social identity that is assumed and experienced by its population today.

Keywords: Poço Dantas, Political Emancipation, Identity.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO I- TEMPOS DE MUDANÇAS: NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIAL DE POÇO DANTAS	16
1.1 CONSTITUIÇÃO “CIDADÃ”: UMA CONQUISTA PELOS DIREITOS.....	16
1.2 AUMENTO DA MALHA MUNICIPAL PARAIBANA NA DÉCADA DE 1990.....	19
1.3 SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS	23
CAPÍTULO II- O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA	26
2.1 REPRESENTANTES DAS CIDADES EMANCIPADAS	27
2.2 UIRAUNENSES E POÇODANTENSES EM REORGANIZAÇÃO.....	31
CAPÍTULO III- CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE POÇODANTENSE	36
3.1 SÍMBOLOS E RESGATES HISTÓRICOS	36
3.2 IDENTIDADE POÇODANTESE	43
CONCLUSÃO	47
REFERÊNCIAS	48

Aos meus pais e minha esposa pelas incontáveis formas de apoio e ajuda, tanto em minha formação acadêmica quanto ao longo de minha vida. Dedico, principalmente, ao meu pai, que sempre sonhou com a formatura de seus filhos, conseguindo, hoje, formar seu primogênito.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, agradeço a Deus por tudo que ele possibilitou e vem permitindo em minha vida e por sempre me dar força para que eu possa trilhar o caminho da educação, fortalecendo assim a minha jornada.

A minha família que, incondicionalmente, esteve presente nessa jornada de estudos, ajudando-me, cada um tentou contribuir da melhor forma possível. A minha mãe, que batalhou a cada dia, dando o seu melhor diante do cuidado de seus queridos filhos. A meu pai, exemplo em minha vida, na qual me deixou o ensino de que a educação é a riqueza do ser humano. Ao meu irmão Lucas e minha irmã Laura, conviventes diários dessa batalha estudantil.

A minha esposa, pela dedicação e amor comigo, muitas vezes deixando de fazer seus deveres para deixar tudo em perfeita ordem ao meu redor, trabalhando para deixar meu ambiente de vida o mais agradável possível. Te amo!

A meu orientador Francisco Firmino Sales Neto, pela paciência e dedicação com minha pessoa, que me abraçou no momento em que eu buscava o orientador para meu trabalho. Para mim, és um exemplo como professor e sigo seus ensinamentos.

Aos professores do Curso de História do Centro de Formação de Professores, a cada um que teve o esforço e contribuição educacional para minha pessoa. Em especial, Eugênio Paccelli Gurgel (em memória) que, em pouco tempo, nos últimos meses de sua brilhante vida, conseguiu deixar marcado sua forma irreverente e inigualável de ensinar, a quem tenho como espelho para forma didática de ensino.

Aos meus colegas de turma do Curso de História, fundamentais no processo de ensino que obtive na querida Cajazeiras, os momentos felizes que passamos juntos e que levarei cada lembrança guardada em meu peito. Não poderia desejar uma turma melhor do que essa a qual fiz parte. Em especial, a dois amigos que a universidade me deu: Manoel Gonçalves (Diógenes) e Bruno Nunes, a vida possibilitou conhecer esses dois “irmãos” de vida.

Aos colegas do “busão” de Poço Dantas, pelos momentos de alegria e descontração. Depois de um dia cansativo de trabalho e estudo, faziam-me, muitas vezes, esquecer as dificuldades pelo melhor meio possível: com muitas risadas.

Aos amigos da Escola Estadual Nelson Batista Alves, em Bernardino Batista, onde vivi meus primeiros momentos como professor, mesmo com um tempo corrido entre ensino e estudo, possibilitaram momentos inesquecíveis.

Agradeço a todos que contribuíram direta e indiretamente nesta trajetória acadêmica. Desculpe-me se esqueci o nome de alguém, sem a ajuda de vocês não poderia conseguir realizar esse trabalho!

INTRODUÇÃO

O trabalho “*Terra amada, pequena e atraente*”: da luta pela emancipação à construção da identidade poçodantense (1994-2016) tem como foco problematizar o período em que ocorreu a emancipação política de Poço Dantas, na Paraíba, em 1994; e, em decorrência dessa independência política, visualizar a constituição de uma nova identidade social para a população do município de Poço Dantas, ou seja, investigar a emergência histórica de uma identidade poçodantense.

Uma emancipação política se constitui como temática de grande importância historiográfica, em virtude de as análises chamarem a atenção para a complexidade desse processo emancipatório. Além de investigarem diferentes momentos da história dos municípios, estuda-se, sobretudo, o frequentemente obscuro momento político no qual nasce um novo município. Essa temática analisa também aspectos importantes referentes aos habitantes das diversas localidades envolvidas, marcados por aspectos culturais, sociais, políticos, econômicos, etc. Aborda-se, enfim, os variados fatores que constituem os municípios e seus munícipes para a compreensão mais abrangente da formação do meio urbano. Este trabalho, particularmente, traz uma abordagem estruturada dos aspectos que envolveram esse processo histórico de emancipação no município de Poço Dantas, bem como da constituição de uma identidade poçodantense.

Poço Dantas se localiza no sertão paraibano, na microrregião de Cajazeiras, a aproximadamente 506 Km da capital do estado. Foi elevado à categoria de município, em 29 de abril de 1994, pela lei estadual de N° 5.931. Segundo estimativas do IBGE (2016), possui uma população de 3.774 habitantes.

Este trabalho foi desenvolvido por um sousense (nato) e poçodantense (de coração), haja vista que, desde os 6 anos de idade, resido na terra que é razão deste trabalho. Sendo assim, este é um contributo tanto para a formação acadêmica deste autor, quanto para os munícipes dessa terra; e para os amantes da História, dos estudos sobre emancipação política e todos que buscam informações sobre a temática em questão. Este historiador/pesquisador acredita que tal estudo possibilitará enriquecimento intelectual e de acervo para a história do município de Poço Dantas, ao conhecermos um pouco mais nossa formação política e social. Até o momento, as informações disponíveis sobre a história dessa cidade são relativamente poucas e esparsas, tendo sido essa a razão de tal interesse pela busca de documentos e por pesquisas que resultaram neste estudo.

O trabalho que ora apresento é uma análise histórica sobre um dos momentos de importância da cidade de Poço Dantas. Passa pelas fases que a localidade percorreu em busca de sua emancipação política, visando uma análise dos aspectos que foram fundamentais para a constituição do município, como também verificando o contexto social de formação de uma identidade local.

As referências para esta pesquisa consistiram, inicialmente, nas informações disponíveis nos *sites* do município e noutros endereços eletrônicos que abordam o tema, bem como em documentos de qualquer ordem que trouxessem relatos para reflexão proposta. Dentre esses últimos, temos a análise das atas municipais de Uiraúna – cidade da qual o município de Poço Dantas foi desmembrado – e das atas do município de Poço Dantas – pós-emancipação política. A partir de tais documentos, apresentamos discussões até então ocultas ao público: os embates políticos, as reivindicações por melhorias de assistência populacional e territorial, dentre outros.

Um trabalho criado pela Prefeitura Municipal de Poço Dantas, através de sua Secretaria de Educação, no ano de 2010, foi o livreto *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*. O conteúdo apresentado nesse livreto foi elaborado por professores da rede municipal que se basearam em pesquisas e levantamentos históricos de cada povoado/comunidade de Poço Dantas. O prefeito constitucional da época, Itamar Moreira Fernandes, e a Secretária de Educação, Gilderlânia de Souza Oliveira, tiveram a preocupação em formatar a história municipal, mostrando detalhes que compõem a cultura poçodantense e fatos históricos que apresentam a construção histórica do município. Esse folheto também foi tomado como fonte, ao possibilitar a compreensão do investimento público em sistematizar os elementos históricos e culturais que compuseram uma identidade social poçodantense pós-emancipação política.

A metodologia empregada neste trabalho se baseia no estudo de fontes documentais existentes acerca da emancipação política do município, notadamente a análise de atas municipais, tanto da cidade de Uiraúna como de Poço Dantas. E, para tanto, nos respaldamos na definição de João Bosco Medeiros para o gênero documental **ata**:

O gênero “ata” é um registro que se relata pormenorizadamente, ou seja, que descreve com minuciosidade o que se passou em uma reunião, assembleia ou convocação. Várias são as espécies de atas: ata de assembleia geral extraordinária, de assembleia geral ordinária, de condômino (MEDEIROS, 2010, p. 64).

As atas municipais, especificamente da Câmara de Vereadores de Uiraúna e Poço Dantas, são de suma importância para este trabalho por serem documentos oficiais assinados pelos participantes das reuniões, testificando uma pretensa veracidade dos relatos apresentados e uma narrativa sistematizada das falas e discussões promovidas pelo poder legislativo. Um outro fator que faz a utilização das atas legislativas como documentação de estudo para este trabalho é a produção do texto que é feita no momento em que os fatos ocorrem. Isso possibilita visualizarmos palavras, contextos e discursos contemporâneos aos fatos. Além do aspecto de legitimidade que a ata utiliza, ela também tem sua importância neste trabalho pela utilização que ela possibilitará. Sobre isso, Rosimar Esquisani relata:

Através da recomposição, leitura e análise das atas qualificadas ao longo do texto foi significativamente um gesto de transformar em documento aqueles objetos que, levados ao seu contexto e restritos à sua finalidade precípua, nada são além de registros solenes de um encontro (ESQUISANI, 2007, p. 109).

A utilização de ata como fonte documental deste trabalho faz com que essa espécie de documento deixe de ser apenas um mero registro de uma reunião, passando a se apresentar como um instrumento que expressa fatos ocultos e embates políticos que foram fundamentais para o processo de emancipação de Poço Dantas. Isso a transforma em uma argumentação histórica que servirá para compreender o contexto no qual ocorreu o episódio em análise.

Tal proposta se fundamenta teoricamente a partir do encontro da História Política com a História Cultural, quando investigamos a relação entre demandas políticas de emancipação e os consequentes processos de reconfigurações identitárias. Na busca pela identidade poçodantense, a cultura tem um fator de relevância para a compreensão das características da população. É por meio dela que são visualizadas particularidades, que podem ser valorizadas ou não por seus habitantes. Quando valorizadas, essas peculiaridades ganham contornos identitários importantes para o posicionamento social dos sujeitos.

Isso se fundamenta no conceito de identidade proposto por Stuart Hall (2005), que propõe uma noção de identidade cultural na pós-modernidade: “(...) a identidade é realmente algo formado, ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência no momento do nascimento” (HALL, 2005, p. 38). A formação da identidade se estabelece pelos processos históricos ocorrentes e que vão sendo modificados no percurso do tempo. Neste trabalho, percebemos isso na parte referente às transformações que

ocorrem na cidade de Uiraúna, com a perda de parte do seu território, demandando a criação de uma nova identidade e de redefinição dos símbolos locais. As identidades culturais, em particular, são apresentadas não apenas como uma única expressão e sim a união de uma pluralidade de características que estabelecem a identidade cultural em sociedade, ou seja, é uma diversidade de características que constitui a formação da identidade: “O sujeito, previamente vivido como tendo uma identidade unificada e estável, está se tornando fragmentado; composto não de uma única, mas de várias identidades, algumas vezes contraditórias ou não resolvidas” (HALL, 2005, p. 12). Isso se aplica, inclusive, às identidades espaciais (nacionais, regionais e locais):

As culturas nacionais são compostas não apenas de instituições culturais, mas também de símbolos e representações. Uma cultura nacional é um discurso – um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos... (HALL, 2005, p. 50).

A criação de símbolos e representações é de suma importância para as identidades espaciais, o sentimento de pertencimento social é expressado e assimilado pelo indivíduo através desses símbolos. Este trabalho tem a preocupação de apresentar tais símbolos, que surgiram após o momento do desmembramento do município de Uiraúna, e cuja redefinição identitária se aplica às duas cidades envolvidas.

Diante do exposto, os capítulos do trabalho estarão interligados pela ideia e problematização de compreender o processo de emancipação do município e visualizar a identidade social presente na cidade Poço Dantas.

O primeiro capítulo terá como foco principal o processo de emancipação do município, juntamente com a visualização do desenvolvimento ocorrido entre seu território e sua população. Esse capítulo estará estruturado em três momentos. No primeiro tópico será apresentado um fator que foi de suma importância para emancipação do município, a Constituição Federal de 1988, mais conhecida como a “Constituição Cidadã”, que recebeu esse nome por ser uma constituição que possibilitou muitos direitos aos cidadãos. Sem ela, certamente, Poço Dantas teria atrasado a sua emancipação. Deseja-se explicitar que essa constituição possibilitou a Poço Dantas deixar de ser distrito de Uiraúna para se tornar cidade. No segundo tópico, a problematização do trabalho passará para o aumento da malha municipal no território paraibano, resultado da Constituição de 1988, que passou a responsabilidade de criação de municípios para à esfera estadual, ocasionando um aumento

nos municípios da Paraíba nos anos 1990. No terceiro e último tópico, será problematizado a “história oficial do município”, suas origens, ainda como sítio pertencente ao município de São João do Rio do Peixe, passando a ser distrito de Uiraúna, e, finalmente, chegando a tão sonhada independência política. Serão analisados momentos marcantes no processo histórico do município, como também os primeiros passos da recém-criada cidade paraibana.

No segundo capítulo, serão apresentados os discursos existentes nas atas municipais de Uiraúna e Poço Dantas. A ideia é destacar a importância da utilização dessas atas, nas quais conseguimos visualizar os discursos e os procedimentos políticos adotados no processo de emancipação, dentro de um contexto de reordenação do território da cidade de Uiraúna, da qual Poço Dantas fazia parte. Esse capítulo será dividido em dois momentos. No primeiro momento, é de interesse apresentar os agentes que participaram desse processo político, evidenciando os modos como atuaram naquele processo e como foram registrados nas atas municipais. No segundo tópico, será apresentada a identidade uiraunense formatada após a perda de territórios, em oposição aos municípios que se formaram. Também será analisada a primeira ata municipal de Poço Dantas, percebendo os primeiros discursos de seus representantes políticos.

No terceiro capítulo será apresentada a identidade poçodantense e as diversas características que a define. Será analisado o livro: *História expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, feito pela administração política do município, que tem o propósito de levar a conhecimento as características culturais locais, apresentando particularidades, formas culturais e outros fatores que se encaixam e formam a identidade da população de Poço Dantas.

Desse modo, este trabalho propõe uma contribuição acadêmica acerca do processo de emancipação política de Poço Dantas. Busca-se perceber a valorização das expressões culturais por parte da população local, que tem orgulho de toda a riqueza de sua identidade, e também verificar como são apresentadas essas características para a população, por meio da ação de órgãos públicos que ocupam o cenário político do município.

CAPÍTULO I- TEMPOS DE MUDANÇAS: NASCIMENTO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL E SOCIAL DE POÇO DANTAS

A partir dos anos 1980, o Brasil passou por um período de mudanças em diversas esferas, especialmente na política e no meio social. Tempo em que ocorreram eventos que marcaram a história do país, como o final da ditadura militar e a redemocratização política. Nesse período, um “Troféu” que a sociedade conquistou, advinda da luta pelos seus direitos, é a Constituição Federal do Brasil de 1988. Dentre os vários direitos sociais e políticos conquistados, a carta constituinte modificou a responsabilidade na criação de novos municípios, transferindo a responsabilidade de tal ato para os Estados. Como resultado da facilitação desse processo, entre 1990 e 2000, uma gama de novos municípios surgiram.

Nesse contexto, está inserido o surgimento do município de Poço Dantas, no sertão paraibano, em 1994, com um território privilegiado, onde seus limites fazem fronteira com dois estados: Ceará e Rio Grande do Norte. Como uma porta de acesso para o estado da Paraíba e também uma porta de saída para outros estados, sua localização territorial em região de fronteira sugere uma tendência de prosperidade econômica e cultural.

1.1 CONSTITUIÇÃO “CIDADÃ”: UMA CONQUISTA PELOS DIREITOS

A Constituição Federal, promulgada em 05 de outubro de 1988, ficou conhecida como Constituição Cidadã, por assegurar maiores direitos aos cidadãos brasileiros e instituindo a democracia no país. Essa nova Constituição, já era a oitava na história do país (considerando aqui a Emenda Constitucional nº 1, como Constituição de 1969) e trouxe a garantia dos direitos de exercício da cidadania, a organização dos poderes, a defesa da democracia e do Estado, a ordem social e econômica. Sua estrutura está organizada da seguinte forma: Título I – princípios fundamentais, Título II – direitos e garantias fundamentais, Título III – organização do estado, Título IV - organização dos poderes, Título V – defesa do estado e das instituições, Título VI – tributação e orçamento, Título VII – ordem econômica e financeira, Título VIII – ordem social, Título IX – disposições gerais.

Para que ocorresse a promulgação da Constituição de 1988, o Brasil vivenciou em sua história um período antecedente “problemático” no que diz respeito, principalmente, à democracia. Muitas vezes, tem sido necessário que o país passe por um período difícil em relação a sua cidadania, para que seu povo desperte e lute pelos direitos cidadãos. Tais

direitos se encontram na carta constituinte de 1988, tida como símbolo de realização e luta pela democracia.

Para compreender esse antecedente “problemático”, recordemos do longo período histórico que degradou a democracia brasileira: a ditadura militar. Período de restrição de direitos, de destacada perseguição aos opositores do regime ditatorial, de censura, dentre outros fatores característicos de um regime que passou mais de duas longas décadas governando o povo brasileiro. Nessa ditadura, o autoritarismo dos militares sobre os civis estabeleceu claramente limites para a democracia. Um regime que possuía governantes sem a consulta à população, no qual o cidadão ficou restrito de direitos e sem possibilidade de participação nas decisões do país.

Após o enfraquecimento do governo dos militares, o país vivenciou um período chamado pelos historiadores de redemocratização do Brasil. Tempo em que se buscou a retomada da democracia no país. E como ponto fundamental para que essa democracia se formasse foi necessária uma nova constituição, uma carta magna, que assegurasse mais direitos para os cidadãos do Brasil.

Até a Constituição de 1988, a burocracia para a legitimação e criação de novos municípios era muito complexa. Com a decisão de passar a responsabilidade para o poder estadual, a emancipação política municipal ficou mais fácil, haja vista que se tornou possível, através da criação de novos municípios, tentar amenizar problemas decorrentes da pouca assistência que o governo oferecia à população do interior do país. Após a Constituição de 1988 entrar em vigor, as mobilizações para a criação de novos municípios ficaram mais intensas no território brasileiro, motivadas pelas diversas conquistas asseguradas na lei maior do país.

No título III, referente à organização do Estado, especificamente em seu capítulo I, sobre a organização política-administrativa, artigo 18, § 4º:

A criação, a incorporação, a fusão e o desmembramento de Municípios, far-se-ão por lei estadual, dentro do período determinado por lei complementar federal, e dependerão de consulta prévia, mediante plebiscito, às populações dos Municípios envolvidos, após divulgação dos Estudos de Viabilidade Municipal, apresentados e publicados na forma da lei (BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p. 25).

Esse é um ponto crucial em que se fundamenta o nascimento de novos municípios, haja vista que a responsabilidade na criação de municipalidades foi concedida à esfera

estadual. Na nova constituição, foram regulamentadas as importantes etapas para a efetivação da autonomia local, como: eleição direta para prefeito e vereadores, a legislação de interesse local, arrecadação de impostos e taxas, lei orgânica municipal, dentre outros. Isso permitiu aos estados uma maior organização dos seus territórios, bem como proporcionar desenvolvimento da administração pública nas localidades a serem emancipadas.

Essas leis, regidas dentro da constituição, possibilitaram um poder maior do Estado com autonomia para a criação de municípios. Como se pode perceber, a constituição assegurou direitos individuais em diversos setores nos quais os cidadãos estão inseridos, como os setores social, cultural e político. A Constituição de 1988 rege o Estado Democrático de Direito e estabelece a criação de novos municípios, permitindo o recorte do território e criando novas entidades locais, possibilitando uma maior fiscalização e construção dos direitos individuais na sociedade.

Vários autores concebem a Constituição Cidadã como de suma importância para o crescimento da malha municipal no território nacional, desburocratizando o recorte territorial no Brasil e, conseqüentemente, facilitando a criação de novos municípios. Argumentando sobre esse papel de importância da Constituição Brasileira de 1988, os autores Adilar Antônio Cigolini e Thiago Luiz Cachatori demonstram o crescimento do país com o nascer de novos municípios:

Entre aquele ano (1980) e a promulgação da Constituição de 1988, a malha municipal brasileira já estava passando por uma reconfiguração de sua geografia, com a instalação de 173 novos municípios. Até 1990 haviam sido criadas mais 315 novas unidades. Em 1996 havia, no território nacional, 4.987 municípios, quando foi aprovada no Congresso Nacional a Emenda Constitucional nº 15 (CIGOLINI; CACHATORI, 2012, p. 2).

Pode-se perceber que, após a promulgação da Constituição de 1988, mais especificamente entre os anos de 1990 e 1996, ocorreu um crescimento espantoso na malha municipal brasileira que era de 4147 municípios. De fato, essa Constituição foi crucial para o surgimento de novos municípios no território nacional, possibilitando a descentralização no campo político e aumentando o alcance da fiscalização em diversas localidades. Conseqüentemente, tem-se um crescimento da autonomia e das vantagens das unidades políticas locais. A constituição abriu um leque maior de possibilidade de criação de novos municípios, sendo passado para esfera estadual as competências para definir os parâmetros para criação de cidades.

1.2 AUMENTO DA MALHA MUNICIPAL PARAIBANA NA DÉCADA DE 1990

É visível o crescente desenvolvimento das cidades brasileiras, resultante de uma longa trajetória de construção e formatação do território nacional. O Brasil é um país de dimensões continentais. Considerando também que a população de cada região possui características específicas, a divisão territorial é importante tanto na construção da identidade nacional, quanto numa maior abertura para o desenvolvimento em diversos setores: político, social, econômico, dentre outras. O país continua montando e estabelecendo suas bases territoriais num longo e complexo processo de expansão da sua malha municipal.

A criação de municípios traz novas possibilidades de crescimento para essas localidades, sobretudo em zonas pouco urbanizadas ou rurais, haja vista que a maioria dos recursos destinados para determinados municípios é investida em obras públicas na zona urbana e apenas recursos menores são investidos nas zonas rurais. Havia (e ainda há) um descaso com as áreas rurais, principalmente as mais distantes das sedes dos municípios, sendo quase impossível a esses distritos obterem um crescimento dentro dos seus municípios de origem.

O fortalecimento econômico, estrutural e social de cada município depende de múltiplos recursos advindos das esferas superiores do governo. Quando esses recursos não são repassados considerando as necessidades locais, o crescimento e desenvolvimento municipal são comprometidos. Entretanto, esse não é o único fator que compromete tal desenvolvimento. Existem outros aspectos, aos quais nos deteremos a seguir, que cooperam para o processo de emancipação aqui estudado.

A Constituição Federal de 1988, como já ressaltado, proporcionou maior autonomia política para os estados e municípios e também assegurou mais direitos sociais – uma das razões pelas quais foi denominada de “Constituição Cidadã”. A nova autonomia política dos estados brasileiros possibilitou o crescimento da malha municipal do país e, aqui, nos detemos a sua repercussão no território paraibano.

Na dissertação de mestrado *O território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990)*, Bezerra aponta fatores que permitiram o aumento da malha municipal no estado da Paraíba, na década de 1990:

Por outro lado, porém, considerando que a Paraíba é um dos estados mais pobres da federação, percebemos a importância deste tema, notadamente porque a criação de novos municípios foi embasada neste argumento,

propalado pelos legisladores: o território recortado aproximaria o cidadão do Poder Público. Através da descentralização de recursos, por intermédio de transferências fiscais, promover-se-ia o atendimento às demandas da população local: escola, pavimentação de ruas, emprego, transporte, postos de saúde. População que, segundo tal argumento, é marcada pelo "abandono", uma vez que está inscrita em territórios distritais, "esquecidos" pelo município-sede (BEZERRA, 2006, p. 21).

Nesse contexto, a autora ressalta um fato relevante sobre o estado paraibano que é o registro como um dos estados mais pobres na década de 1990 no território nacional. A criação de novas cidades no território paraibano, segundo os legisladores da época, proporcionaria uma maior visão e aproximação dos órgãos do governo com o povo de todo estado, gerando recursos em diversas áreas: saúde, educação, transporte e tantas outras coisas chegariam com mais facilidade à população, motivado pela descentralização do poder político e fiscal dos recursos e investimentos aos municípios.

Os problemas existentes entre nosso território paraibano não são referentes apenas à década de 1990, essas dificuldades existem ao longo dos anos. Esse recorte no território paraibano seria, no ponto de vista dos interesses políticos, uma solução para que surgisse uma maior amplitude de governantes que atendessem às responsabilidades de cada localização. Repartir os recursos entre os novos representantes locais das cidades emancipadas possibilitaria um maior olhar diante dos problemas existentes em todo o território do estado da Paraíba, inclusive os mais distantes dos grandes centros populacionais e de poder.

Não somente essa ligação mais próxima entre governo e povo, mas também uma gama de recursos e serviços para diversos outros cidadãos que eram, muitas vezes, esquecidos por seus municípios de origem. Dali em diante, estariam em maior visibilidade pelos seus novos governantes locais, que poderiam tratar com um melhor olhar para essas novas cidades e que poderiam empreender um atendimento mais eficaz para os serviços públicos.

Sobre isso, Bezerra (2006) aborda a ideia de que a divisão do território paraibano, que possibilitou o surgimento de novos municípios, é ressaltado como um trunfo de ganhos não apenas para o poder político, como também para os cidadãos do estado. Um trunfo pelas diversas batalhas e lutas pela formação desses novos municípios que foram surgindo. Apesar de a sociedade civil se envolver nesse processo emancipatório, incorporando o discurso de descaso do município sede e a necessidade de formação de uma nova unidade municipal, a consequência desse processo não é apenas de benefícios. É comum que esse processo seja guiado por famílias apeadas do poder político nas cidades onde atuam,

buscando a municipalização de seus distritos como trunfo para se reposicionarem politicamente e se instalarem novamente na máquina pública.

Dessa forma, são diversos fatores que levam a criação de novos municípios: de ordem social, política, cultural e econômica. O lado econômico é um dos mais utilizados para justificar as emancipações, pois o território que pretende ser desenvolvido economicamente precisa ser independente politicamente. É sua autonomia como município que vai permitir a ampliação de seu lado econômico e que, conseqüentemente, vai resultar em influência nas outras esferas, como a cultural e a social. Um território que está submisso a outro fica praticamente de “mãos atadas”, sendo dependente da sede política dominante para a chegada de recursos e outros bens que poderiam melhorar a localidade.

Através de dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE), verifica-se uma crescente construção de novas cidades nas terras brasileiras. Esse processo de estabelecimento territorial cresce a cada década. A pesquisa mostra que houve um aumento de 18% no crescimento de municípios no período de 1991 a 2000. Pode-se visualizar esse desenvolvimento no quadro a seguir:

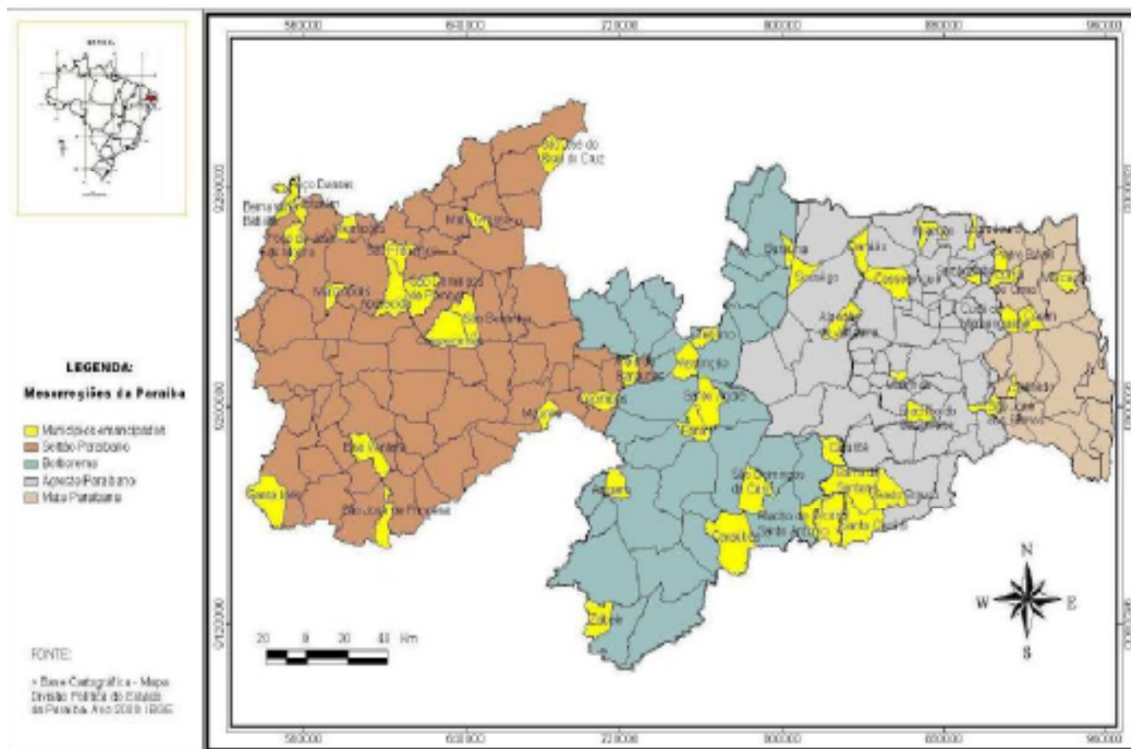


Evolução do número de municípios no Brasil entre 1872-2010. Fonte: IBGE.

Através desses dados, pode-se verificar uma evolução no crescimento no número de cidades em todo o país, especialmente no recorte temporal empregado neste capítulo (1988 a

1996) – divisão de tempo estabelecida pela Constituição Brasileira de 1988 até a emenda constitucional nº 15 de 1996, que fez parar a criação de novos municípios, dificultando o processo de emancipação ao estabelecer novos requisitos a serem desempenhados.

Na Paraíba, o surgimento de novos municípios foi significativo. Pode-se perceber isso no mapa abaixo. Nesse período, a Paraíba obteve a criação de 52 novos municípios, distribuídos em seu território estadual da seguinte forma: 08 na Zona da Mata, 14 na Borborema, 12 no Agreste e 18 no Sertão.¹



Mapa: novos municípios da Paraíba, segundo a Mesorregião – anos 1990. Elaborada por Araci Farias. Retirado da obra *O território como trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (anos 1990)*, de Bezerra (2006).

Esse recorte interno do território paraibano se destaca pelos critérios existentes no período para a criação de novos municípios. Os requisitos primordiais eram: população não inferior a dois mil habitantes, número de eleitores não inferior a um terço da população, centro urbano com no mínimo 120 domicílios, a existência de equipamentos públicos essenciais como: cartório, posto médico, posto telefônico e subdelegacias. Esses eram os

¹ Poço Dantas (1994), Santarém (1994), Bernadino Batista (1994), Poço de Jose de Moura (1994), vieirópolis (1994), marizópolis (1994), Santa Inês (1994), São Francisco (1994), Aparecida (1994), São José de Princesa (1994), São domingos de Pombal (1994), São bentinho (1994), Cajazerinhas (1994), Mato Grosso (1994), São José do Brejo Cruz (1994), Areia de baraúnas (1994), cacimbas (1994), Maturéia (1995).

fatores estabelecidos para que o distrito tivesse as condições para subir de “patente” para se tornar um município.

Na década de 1990, foram realizadas algumas pesquisas voltada ao contexto da emancipação de novos municípios. No livro *Dinâmica dos municípios*, João Carlos Magalhães (2008), apresenta as múltiplas pesquisas realizadas na década de 1990 sobre a criação de novas cidades.

Bremaeker (1993) é um pesquisador que realizou uma consulta com prefeitos de novos municípios de 1992, utilizando um questionário aberto para chegar a resposta dos principais motivos para a emancipação municipal no Brasil. 54,2% dos prefeitos que responderam ao questionário, argumentaram que o descaso por parte da administração do município de origem é um dos principais motivos para a criação de novas cidades. É fato que o surgimento de municipalidades faz com que a localidade que se separou de uma tenda a se desenvolver, em função de passar a ter recursos próprios e exclusivos que serão adquiridos junto aos órgãos superiores e responsáveis. Isso facilita benefícios sociais para os municípios como a chegada de verbas, a construção de projetos que beneficiem os cidadãos, o desenvolvimento estrutural da localidade e outras benfeitorias que a emancipação trará.

Nesse recorte, principalmente no sertão paraibano, foram criados vários municípios, como: Bernardino Batista, Santarém (atualmente chamado de Joca Claudino), Poço de José de Moura e Aparecida, Mato Grosso. Novos municípios criados desde 1994, possibilitando um aumento na malha municipal no estado da Paraíba. É nesse período que entra em cena a cidade a que se refere este trabalho, Poço Dantas – também criada nesse período em que a autonomia local foi favorecida por causa da constituição Brasileira de 1988.

1.3 SURGIMENTO DO MUNICÍPIO DE POÇO DANTAS

Com o leque de novas possibilidades para o aparecimento de novos municípios, um pequeno distrito paraibano que faz divisa com dois estados, organiza-se para se tornar uma cidade. Através de sua favorável localização como caminho fundamental para quem trafega entre os estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba, a região adquiriu os elementos básicos necessários para emancipação política. O pequeno distrito estava pronto para sua emancipação, para sua autonomia local, levando-o a ser desmembrado de sua “sede mãe”, em 29 de abril de 1994, para começar a sua história como um município, separado da cidade de Uiraúna, por força da lei nº 5.931.

Na região emancipada, a construção de poço era essencial para o abastecimento da água. Segundo a versão tradicionalmente aceita, onde hoje é a sede do município havia um grande poço que servia de bebedouro para uma mamífero chamado Anta. De grande abundância naquela localidade, as Antas frequentemente desciam a serra para virem beber água nesse poço. Teria sido a partir desse acontecimento que o nome Poço das Antas passou a se chamar Poço Dantas, quando se tornou distrito da atual cidade de São João do Rio do Peixe.

Segundo o *site* do IBGE, “Pela lei estadual nº 318, de 07-01-1949, é criado o distrito de Poço Dantas ex-povoado, criado com terras desmembradas do distrito de Uiraúna e anexado ao município de Antenor Navarro”². Chegou um exato momento da história em que Poço Dantas, no ano de 1949, se tornou distrito de Antenor Navarro, atual São João do Rio do Peixe, e ficou no mesmo patamar de sua futura cidade: o ainda distrito Uiraúna.

Para ocorrer um desmembramento do seu território de origem e conseguir sua autonomia política, é necessário que o local que pretende ter a separação tenha recursos e meios que direcionem a uma ampliação em diversos setores. Desde a época que pertencia ao município de Antenor Navarro (atual São João do Rio do Peixe), Poço Dantas tinha um grande fluxo econômico na região, caracterizando-se pelo desenvolvimento na agricultura, através da produção de milho, feijão, caju e mandioca. Na agropecuária, a criação de gado foi fundamental e cresceu o sistema de pastagens e forrageira para a alimentação do rebanho.

O município também se destacou na parte mineradora, através da extração da cal, produto que possibilitou a criação de estrada para a escoação. Essas estradas são importantes ligações do estado da Paraíba com outros estados, como o Rio Grande do Norte e o Ceará; também estradas de acesso entre os municípios paraibanos, como a estrada que liga Poço Dantas a Uiraúna, atualmente a BR 434, que é uma das principais rodovias da região.

Compreende-se que Poço Dantas tem grandes virtudes para o desenvolvimento tanto na parte econômica, como também em sua localização favorável para o progresso. Seu território de divisa com outros estados, possibilita um maior fluxo comercial. Sua delimitação, segundo os dados ofertados pela lei de nº 5.931 são:

I – Ao Norte, com o Estado do Rio Grande do Norte, na faixa compreendida de trijunção dos estados do Ceará, Rio Grande do Norte e Paraíba e Pico da Serra da Ovelha;

² Disponível em: <http://www.cidades.ibge.gov.br/painel/historico.php?codmun=250070>, acessado em: 25/07/2016.

II – A leste, com o município de Uiraúna, começando no Pico da Serra da Ovelha, seguindo pela cumeada desta Serra até sua ponta sul, nas coordenadas 9285,5 KMN e 557,6 KME;

III – Ao Sul, com o município de Santarém, começando na ponta Sul da Serra da Ovelha, nas coordenadas, 9285,5 KMN e 557,6 KME, daí vai por uma linha reta ao cruzamento da rodovia PB-391 Poço Dantas/Uiraúna com o Rio do Peixe, daí segue pela cumeada da Serra da Umburana até o Pico da Serra do Cabeço;

IV – A Oeste, com o município de Triunfo, Começando no Pico da Serra do Cabeço, daí segue pelo prolongamento da reta tirada do serrote de bronzeado para a Serra do Cabeço, até a divisa com o Estado do Ceará, ainda com o Estado do Ceará e a faixa compreendida entre o prolongamento tirado do Serrote do Bronzeado com a Serra do Cabeço e a trijunção dos Estados Paraíba, Ceará e Rio Grande do Norte (BRASIL, PARAÍBA. Lei nº 5.931, de 29 de abril de 1994).

Essa privilegiada posição territorial onde Poço Dantas se localiza permite uma interação maior com os estados vizinhos, fazendo com que seja um ponto importante para o tráfego tanto na ida para outros estados, como também na chegada de visitantes ao estado paraibano.

Em termos culturais, quando ainda tinha o título de distrito, não há muitos registros sobre manifestações culturais existentes. Pode-se destacar a festa de São José, na comunidade de Barra de Piabas, evento centenário de grande relevância para o município. Manifestações culturais esportivas, festividades, quadrilhas juninas e banda marcial só foram aparecer quando Poço Dantas realmente se legitimou como município. Percebe-se que a parte cultural poçodantense ainda está caminhando lentamente, resultado de uma desvalorização cultural.

De fato, a criação da cidade favoreceu esse desenvolvimento em diversos setores que abrangem a cidade e a sociedade, mas não fez com que essa ligação de “dependência” com a cidade de Uiraúna fosse totalmente desligada. Uma cidade de pequeno porte como Poço Dantas ainda tem falta de alguns recursos e órgãos existentes em cidades mais avançadas como: grandes agências bancárias, comércio grande, hospital com uma boa estrutura, dentre outros serviços ainda não existentes.

CAPÍTULO II- O PROCESSO DE EMANCIPAÇÃO POLITICA

A temática sobre o processo de emancipação política tem suas dificuldades motivadas pela falta de documentação, ou seja, pela precariedade de fontes que relatem o estudo dos fatos. Por se tratar de tema em que estão em jogos interesses políticos de famílias, grupos, partidos e representantes do poder, é comum que os registros do processo não ocorram. Como bem sabemos, a política brasileira é permeada por reuniões e confabulações de bastidores. Nem mesmo a documentação das Câmaras Municipais costuma ser públicas no Brasil, ficando restritas aos envolvidos.

A utilização de documentação escrita traz uma valorização ao trabalho, principalmente, se essa fonte for da época estudada, com relatos e discussões de assuntos que possam aumentar a compreensão da emancipação do município. Sendo assim, é fundamental a busca por essa documentação, que possibilita um maior desenvolvimento e construção historiográfica do processo de emancipação política de Poço Dantas. A fonte escrita é de suma importância para a construção do trabalho de um historiador, pois através de sua análise que se pode localizar discursos sobre um tema estudado. Em seu trabalho: *Uso e mau uso dos arquivos*, Bacellar (2006) faz uma abordagem sobre a importância e fascinação de trabalhar com fontes manuscritas no trabalho historiográfico. O autor relata:

O trabalho com fontes manuscritas é, de fato, interessante, e todo historiador que entra por essa seara não se cansa de repetir como os momentos passados em arquivos são agradáveis. Grandes obras historiográficas tiveram sua origem nas salas de arquivo, onde muito suor e trabalho foram gastos, após semanas ou meses de paciente e dedicada fase de pesquisa (BACELLAR, 2006, p. 24).

Um fato de tamanha importância, como a emancipação política de um distrito, deve provocar a inquietação pela busca de dados da época. Partindo dessa preocupação, na procura de dados documentais que tratem sobre essa temática, surgiu o interesse de realizar uma pesquisa na Câmara Municipal da cidade de Uiraúna, órgão chamado de Casa Legislativa Olinto Pinheiro. Nesse local, foram localizadas e analisadas as atas da câmara no período de 1994 a 1996, recorte temporal compreendido entre o período de criação do município de Poço Dantas e a primeira eleição municipal da cidade.

Podemos mencionar o questionamento de por que utilizar as atas como fonte histórica? Bacellar construiu uma tabela mostrando as principais instituições arquivistas de hoje e, em seguida, explicou a importância de tal fonte histórica. As atas estão relacionadas aos arquivos do Poder Legislativo, em que ele descreve a importância dessa documentação:

De maneira geral, o legislativo pode ser procurado para se consultar os originais da legislação, embora tais documentos sejam encontrados em versões publicadas em diários oficiais e coleções legislativas. O mais interessante, nesse sentido, é consultar as atas das sessões, em que se podem acompanhar as discussões dos mais variados projetos legislativos, com os vereadores, deputados e senadores defendendo seu ponto de vista (BACELLAR, 2006, p. 34).

As atas são documentos de transcrição resumida, ocorridas em sessões ou em reuniões. São documentos fundamentais para analisar o que os representantes da época comentavam sobre o assunto da criação do novo município e ainda pode-se perceber qual impacto ele vai trazer para esses representantes uiraunenses pela perda do território, ou seja, será analisado o percurso cronológico dos debates desde a Câmara de Uiraúna até a instalação da Câmara de Poço Dantas.

O recorte entre 1994 e 1996 da análise de atas legislativas ocasionará um panorama maior acerca do estudo, no qual perceberemos como os representantes enxergavam as melhorias para o distrito, como eles reagiram à notícia de criação do novo município e quais foram os atos após o desmembramento e após a primeira eleição municipal de Poço Dantas, sob a perspectiva dos vereadores uiraunenses. Antes, porém, devemos saber quem são os representantes da Câmara Municipal de Uiraúna à época.

Após o desmembramento, surgiu uma questão que inquietava os representantes do meio político de Uiraúna. Junto com a perda do território, o município perdia a sua identidade, na qual símbolos desapareciam e novas representatividades surgiam para os cidadãos uiraunenses. Isso fez com que buscassem a redefinição da identidade uiraunense.

2.1 REPRESENTANTES DAS CIDADES EMANCIPADAS

Nas eleições ocorridas em 3 de outubro de 1992, na cidade de Uiraúna, o resultado dos vereadores eleitos foi um total de 15 representantes com mandatos entre 1993 e 1996, a saber: Jose Jailson Nogueira, Luiz Vitoriano dos Santos, José Fernandes Moreira (mais conhecido

como Zé Fernandes), Francisco Vieira da Silva, Francisco Benevenuto Claudino de Almeida, Hélio Elói de Galiza, Francisco Fernandes Filho, Geraldo Moreira Pinto, Gervásio Nogueira Formiga, José Cirilo de Sá Junior, Francisco Felix de Lima (mais conhecido como Chico Muliquinho), José Milton Santiago (mais conhecido como Azulão), Anacleto Valentim Duarte, Maria Joaquina Vieira e Francisca Cabocla Sobreira. Esses foram os representantes escolhidos pela população de Uiraúna para os representá-los nos cargos de vereadores. E o prefeito eleito para o município de Uiraúna no ano de 1992 foi João Bosco Nonato Fernandes, mais conhecido como Dr. Bosco, eleito com 51,17% dos votos.

Na análise inicial das atas municipais de Uiraúna, identificam-se as pessoas que ajudaram no processo de emancipação dos novos municípios de Poço Dantas e Santarém. Anacleto Valentim Duarte, em 1996, pertencia a Casa Legislativa de Uiraúna como vereador e, posteriormente, tornou-se o vice-prefeito do novo município de Santarém. Outro representante desse município foi Luiz Vitoriano, também vereador da gestão de 1996, prefeito de Santarém, juntamente com seu vice Anacleto Valentim. Percebe-se que os mesmos apoiaram o processo emancipatório e, depois, se tornaram os representantes do poder executivo na cidade de Santarém.

As atas municipais deixam claro que o principal representante dentre os vereadores da época que buscaram recursos e reivindicações para o território que se tornaria o município de Poço Dantas foi o vereador Jose Milton Santiago, mais conhecido como “Azulão”. Segundo informações biográficas apresentadas pelo *site O diário de Vieirópolis*, José Milton Santiago nasceu em 05 de outubro de 1960, na comunidade de Queimadas, zona rural do hoje município de Poço Dantas. Candidatou-se ao cargo de vereador do município de Uiraúna, tendo sido eleito pelo Partido Democrático Trabalhista (PDT) e exercendo esse mandato durante o período de 1993 a 1996. Posteriormente, foi candidato a prefeito da nova cidade Poço Dantas, juntamente com seu vice, o senhor Del Pereira, representante local do distrito de Tanques.

Mencionado sempre como um personagem importante para a inicial história de Poço Dantas, José Milton Santiago, ou Azulão para os mais próximos, conquistou diversas obras que beneficiaram todo o território que veio a pertencer a Poço Dantas. Na 16ª sessão ordinária, do dia 10 de novembro de 1993, encontram-se projetos que visavam melhorias em comunidades que, mais tarde, pertenceriam à terra de Poço Dantas:

Constou de 2 requerimentos do vereador José Milton Santiago requerendo concessão no título de cidadã Uiraunense a meritíssima Doutora Maria de

Fatima Lucia Ramalho, juíza de direito desta comarca, e a eletrificação rural nos sítios: Garrancho, Vituriano, Cajé, Minhuns, Fundões, Boa Vista, Recanto e Bolandeiras. Os quais foram passadas às comissões de justiça e redação e de obra e serviços públicos, respectivamente para análise e parecer (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 16ª, 10 de novembro de 1993).

Essa luta por recursos e obras que iriam valorizar o distrito de Poço Dantas e seus sítios vizinhos fizeram o vereador José Milton Santiago um grande líder político para a respectiva comunidade. Em sua primeira eleição, seria um nome forte para assumir o comando do novo município paraibano. Na documentação municipal podemos perceber a luta que parlamentares travavam em busca de investimentos para as localidades do município, dentre elas destacamos algumas obras buscada pelos vereadores.

Na análise das atas municipais da Casa Legislativa Olinto Pinheiro, notadamente nas reivindicações de projetos parlamentares do vereador José Milton Santiago, Poço Dantas e sítios vizinhos eram pauta de reivindicação do parlamentar, dentre elas: a luta por melhoria no sistema telefônico em Poço Dantas e Santarém, que eram administrados pela TELPA na época; a busca pelo melhoramento das estradas que ligavam o município; como também problemas com o esgoto em Poço Dantas. Quando aparece nas atas, José Milton Santiago aparece como representante das demandas de sua região, o que nos faz enxergá-lo como personagem de destaque no debate político que resultou na criação da cidade de Poço Dantas.

Uma análise mais a fundo das atas municipais, no ano 1993, sobre o território pertencente a Poço Dantas atualmente, algumas localidades e outros representantes também estavam dentro do contexto de obras a serem realizadas, como em São João Bosco, futuramente distrito de Poço Dantas, na 4ª sessão ordinária, no dia 20 de agosto de 1993:

Foram lidos dois (2) ofícios de N° 131 e 133/93 do Sr. Prefeito Municipal, encaminhando ao plenário deste legislativo o projeto de lei nº 019/93 que trata da autorização para abertura de crédito especial de até 500.000,00 (quinhentos mil cruzeiros reais), para a construção de duas caixas D'água em Quixaba de Cima e São João Bosco, o qual foi entregue à comissão de finanças e orçamento para análise e parecer. (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 4º, 20 de agosto de 1993).

Em análise de sessões da Câmara, outras obras surgiram e foram reivindicadas por lideranças, como o mencionado José Milton Santiago e também o deputado estadual Wilson Santiago, levando requerimentos de uma das obras de maior ambição dos poçodantenses que era a pavimentação da rodovia que liga Uiraúna a Poço Dantas, estrada asfáltica que traria o

desenvolvimento para a região, evitando o isolamento que ocorria em períodos chuvosos. O processo de emancipação, na perspectiva da sociedade poçodantense, daria acesso a um vasto meio de desenvolvimento para a sua localidade, ou seja, percebe-se como um algo que traria favorecimento para a população de Poço Dantas.

Mas e o outro “lado da moeda”? Ou seja, a população que perdeu território, como agiu a sociedade uiraunense com esse desmembramento? Visualiza-se esta temática sendo abordada em momentos oportunos nas reuniões da Câmara Municipal de Uiraúna. Percebe-se que os vereadores reagiram de forma pacífica na emancipação desses novos municípios e parabenizaram seus principais “líderes” na Casa Legislativa de Uiraúna. A sessão em que foi relatado o desmembramento de Poço Dantas, como também do distrito de Santarém, foi a sessão 11ª, no dia 1 de outubro de 1993. Nela, o pronunciamento do vereador Hélio Galiza parabenizou a decisão:

E na oportunidade, parabenizo os colegas vereadores: Anacleto Valentim Duarte e José Milton Santiago, pelo ato deferido dos povoados de: Santarém e Poço Dantas, que passarão para cidades, tendo o apoio e a boa vontade de todos, sendo muito diferente nossa Uiraúna, quando houve forças contrárias para a sua emancipação, quando pessoas no estilo de José Duarte, José Teófilo e tantos outros lutaram a fim de conseguir a vitória (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 11ª, 01 de outubro de 1993).

Nesse discurso, além de parabenizar os vereadores Anacleto e Azulão, o vereador Hélio Galiza também destaca que o desmembramento de Poço Dantas se estabeleceu de forma pacífica e por vontade unânime da Casa Legislativa, e ainda menciona, como exemplo de que nem sempre é pacífico esse assunto, a emancipação de Uiraúna, que não teria sido da vontade de todos. Depois, ele retomou a palavra na sessão e voltou a parabenizar a conquista e mencionar novos líderes dessas lutas de emancipação política de Poço Dantas e Santarém: Padre Duarte, Hélio Machado, Luiz Vitoriano e, novamente, José Milton Santiago (Azulão). Outros parlamentares também parabenizaram o acontecimento da emancipação, como o vereador José Fernandes, na 18ª sessão, dia 19 de novembro de 1993, em que consta:

José Fernandez com a palavra parabenizou os distritos de Santarém e Poço Dantas pela vitória conquistada para sua independência e desejou que elas sejam berços de progresso com futuros administradores que tenham a dignidade para que o povo tenha vez e voz, enfim parabenizou seus representantes: Luís Vitoriano, Anacleto e Jose Milton Santiago. (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 18º, 19 de novembro de 1993.)

Um fato a se destacar, que despertou curiosidade, foi o ocorrido na 2ª sessão extraordinária da Câmara Municipal, no dia 28 do mês de abril de 1994, quando o vereador José Milton Santiago pediu afastamento do cargo:

Em seguida, o presidente mandou a escrevente lê o requerimento do vereador José Milton Santiago, solicitando de seus colegas, conforme regimento interno desta casa, o afastamento de suas atividades laborativas por um período de 125 (cento e vinte e cinco), para tratamento da patologia de CID 553.1/9, em anexo o atestado médico (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 2ª, 28 de abril de 1994).

O curioso, nesse caso, é o momento em que o parlamentar solicitou afastamento de suas atividades na Câmara, um dia antes da data de emancipação da cidade de Poço Dantas. Em análise da ata, não se encontra nenhuma irregularidade, tanto é que o mesmo voltou a suas atividades antes mesmo do fim de seu período de afastamento. Mesmo assim, coincidência ou não, na primeira eleição de Poço Dantas, no ano de 1996, José Milton Santiago venceu as eleições e se tornou o primeiro gestor municipal de Poço Dantas.

2.2 UIRAUNENSES E POÇODANTENSES EM REORGANIZAÇÃO

Em certo momento, surgiu a preocupação tanto da população como das autoridades acerca da nova identidade uiraunense que deveria ser estabelecida, pois, mudanças essenciais ocorreram e deveria ser estabelecida uma nova definição cultural e territorial para seus habitantes. Preocupado com a questão, o vereador José Jailson apresentou um requerimento à Câmara Municipal:

Em seguida foi lido um ofício da assessoria de comunicação Sra. Maria do Socorro Pinto, solicitando do vereador José Jailson Nogueira, pôs em requerimento à Câmara, para devida aprovação: a CORREÇÃO da forma geográfica do mapa de Uiraúna reproduzido nos pavilhões, já confeccionados... (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 5º, 30 de agosto de 1995).

Mostrava-se a preocupação com as mudanças ocorridas no município nos últimos anos. Na mesma sessão, argumenta-se a solicitação com o IBGE para que fosse feito um

histórico da bandeira e o novo mapa com todas as atualizações e aspectos necessários. Maria Joaquina e Francisco Vieira colocaram a preocupação com a perda de alguns territórios de Uiraúna: Vieirópolis e Poço de Jose de Moura, que ficaram com alguns sítios de Uiraúna – além da perda de território com a emancipação de Poço Dantas e Santarém. Percebe-se uma modificação territorial grande no município, na qual fazem o pedido ao órgão responsável pela geografia brasileira, ou seja, ao IBGE, que fizesse a atualização dos dados para que pudesse ser repassado esse novo mapa a sua população.

Em uma sessão da casa legislativa foi discutida esses novos símbolos que surgiram em Uiraúna e que substituiu os antigos. Na ocasião, a secretária de comunicação do município, Maria do Socorro Pinto, fala:

Maria do Socorro Pinto explanou que os secretários e o prefeito juntos analisaram a nossa bandeira atual e, numa visão conjunta, concluíram que, no momento, certos símbolos contidos na bandeira atual não estão representando a nossa realidade, no caso o milho, o algodão, a carta geográfica, traçada certamente correta, mas a reprodução está errada. Os símbolos religiosos e a música têm seu campo ampliado (UIRAUNA. Câmara Municipal, ATA, 11ª, 17 de novembro de 1995).

É nítido que, ao repensarem os símbolos municipais, os representantes políticos de Uiraúna buscaram uma identidade nova, identidade que representasse a população uiraunense naquele momento, inclusive, eliminando os símbolos que remetesse a territórios emancipados. A busca por essas novas representações, como mapa atualizado do território e mudança na bandeira do município, possibilitaria à população que visualizasse esse novo tempo que surgia e que construísse essa nova identidade cívica de Uiraúna.

As mudanças ocorridas em todo o município eram perceptíveis. Era necessário buscar por novos símbolos de representação, pois não eram apenas mudanças territoriais, mas também mudanças culturais que atingiam a população. Por isso, a busca por esses novos símbolos que permitiriam distinguir o antigo com o novo tempo. É como se a perda dos territórios não fosse um prejuízo para Uiraúna e sim uma renovação, um novo tempo, com novas histórias que iriam surgir.

Se na cidade Uiraúna estavam construindo uma nova identidade, em Poço Dantas começava a desaparecer a identidade uiraunense e começava a ser estabelecida e construída uma nova identidade: a identidade poçodantense, com as características que representariam a cidade e os cidadãos que nela residem. Tudo isso ganhou maior força em sua primeira eleição

municipal, quando o exercício de cidadania era fundamental para o sentimento de cidadão poçodantense.

Exatamente no ano de 1996, aconteceu a primeira eleição municipal, em que concorreu os candidatos José Milton Santiago, concorrendo a prefeito, e seu vice Manoel Pereira de Queiroz, ambos pelo PDT. Pela outra chapa estavam concorrendo Hélio de Almeida Machado, como prefeito, e seu vice Vicente José de Maria, pelo PMDB. Segundo dados do TRE-PB (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba), sobre a eleição de 1996, Poço Dantas tinha 2.600 pessoas aptas a votarem, dos quais 1.794 eleitores tiveram seus votos válidos, 24 votos brancos e 10 nulos. Elegeu-se, assim, o candidato José Milton Santiago e Manoel Pereira de Queiroz, respectivamente prefeito e vice do mais novo município da Paraíba: a cidade de Poço Dantas.

Na busca documental acerca da cidade de Poço Dantas, em seus primeiros anos de governança, começou-se a análise da primeira ata da Câmara Municipal de Poço Dantas, cujo primeiro ano de registro é 1997. Percebe-se como foram os discursos e as implementações feitas pelos primeiros representantes do município. O início da primeira ata foi no dia 10 de janeiro de 1997, quando as primeiras sessões já começaram a apresentar os primeiros embates político.

Antes de ocorrer a primeira sessão ordinária, antecederam 4 atas de sessões extraordinárias. Em sua primeira sessão ordinária, já aconteceram os primeiros discursos entre políticos nas reuniões. Na ata do dia 19 de fevereiro de 1997, aconteceram argumentações um pouco curiosas. Em um certo momento, a secretária da Câmara, pedindo o uso da palavra, ponderou sobre a vestimenta dos vereadores. Ela reivindicou que, para o bom funcionamento da Câmara, os vereadores deveriam se apresentar bem vestidos, passando uma boa impressão da Casa Legislativa. Outro ponto que apareceu nessa sessão foi um aparente conflito entre o vereador Vicente de Almeida Machado e o prefeito constitucional do município Jose Milton Santiago. Segundo o prefeito, em seu governo, não haveria perseguição política, sendo ele o prefeito de todo o povo de Poço Dantas:

O prefeito explicou ao vereador, Vicente, que não erra e fez um levantamento de sua administração durante o período de 1 mês e 20 dias. Dentre outras coisas, distribuiu sementes selecionadas de milho, feijão e algodão com todos os agricultores indiscriminadamente; distribuiu várias horas de tratores, fez limpeza na sede da prefeitura, mercado público, delegacia, cadeia, creche, garagem, telha, posto médico, etc. implementou eletrificação rural em vários povoados, energia domiciliar em várias casas; fez recuperação da lavanderia, recuperação de poços tubulares e motores,

comprou os moveis da prefeitura e da câmara (POÇO DANTAS. Câmara Municipal, ATA, 1ª, 19 de fevereiro de 1997.)

Os embates políticos eram frequentes nas sessões. Algumas dessas sessões apresentavam aspectos importantes sobre a necessidade de se manter distância da dependência de Uiraúna e se implementar uma cidade com seus próprios mecanismos de funcionamento. Essa fala foi apresentada em um questionamento do vereador Vicente de Almeida Machado, que discordou sobre o funcionamento do escritório de representação da prefeitura: “Dando continuidade, o vereador fez várias críticas ao funcionamento do escritório de representação da prefeitura de Poço Dantas em Uiraúna, chegando a dizer que a prefeitura em Poço Dantas era um disfarce, pois o povo só era atendido em Uiraúna” (POÇO DANTAS. Câmara Municipal, ATA, 5ª, 21 de março de 1997). Outro vereador, Cicero Correia, argumentou sobre o mesmo assunto: “Ainda com relação ao escritório de representação falou o vereador Cicero Correia dizendo que se as coisas continuassem como estavam, tudo iria terminar em Uiraúna” (POÇO DANTAS. Câmara Municipal, ATA, 5ª, 21 de março de 1997).

Percebe-se que, mesmo com toda argumentação do prefeito e do secretário de administração e finanças relatando que o escritório de representação do município era mais viável em Uiraúna, por conta dos gastos maiores existentes se fosse estabelecido em Poço Dantas, verifica-se que era um grande receio dos moradores e representantes locais estarem ligados e necessitando ainda do município de Uiraúna. Era expressado um sentimento de não depender de Uiraúna. Uma vez que já se havia conseguido sua independência, era necessário que conseguisse seu desenvolvimento próprio, estabelecendo os órgãos públicos na sede da cidade, para que possibilitasse uma melhor assistência para seu povo. Ou seja, era necessário que Poço Dantas caminhasse para o progresso com suas próprias pernas, sem a ajuda e auxílio da cidade de Uiraúna. Havia, claramente, receios dos riscos políticos de um retorno à condição de distrito de Uiraúna.

Nas primeiras atas legislativas da Câmara Municipal de Poço Dantas, em seu primeiro ano, percebe-se, a cada sessão, a busca por recursos e projetos que possibilitassem a construção de obras que eram essenciais para uma cidade. A cada reunião da Câmara Municipal havia a votação de 2 a 3 projetos, com o intuito de consolidar a emancipação recém-ocorrida.

Vários tipos de obras foram desenvolvidos no seu primeiro ano, dentre elas: ampliação do abastecimento d’água do distrito de São João Bosco, criação do abastecimento d’água do

distrito de Tanques, calçamento da ladeira da estrada que liga Baixio do Cedro e Boa Vista, repartidora de televisão em Poço Dantas etc.

Diante do exposto, as atas municipais de Uiraúna e Poço Dantas permitem acompanhar o processo de emancipação política poçodantense, identificando sujeitos envolvidos, argumentos levantados e os primeiros impactos dessa ação, seja na redefinição do espaço urbano, seja na configuração de novos símbolos identitários para a população. O que se pode destacar é uma preocupação dos agentes políticos em efetivarem Poço Dantas como cidade, na forma de pensar a municipalidade e na consolidação de uma estrutura física capaz de assegurar a independência política em relação a cidade de Uiraúna.

CAPÍTULO III- CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADE POÇODANTENSE

A identidade poçodantense enquanto município iniciou-se a partir do momento em que aconteceu o desmembramento da cidade de Uiraúna, em que se elimina o elo territorial e, principalmente, interrompe-se a dependência dos recursos advindos da “sede mãe”.

Naquele momento, começou-se a construir novos símbolos que passassem a mensagem de associação com o lugar, mantendo um sentimento vivo de união entre a cidade e a sociedade. Essa expressividade era apresentada nos símbolos, como: a bandeira, o brasão e o hino, demonstrando características territoriais que são expressas na geografia do município, como também em marcas apresentadas nos cidadãos advindas da história da municipalidade.

Na parte cultural, uma espécie de “resgate histórico”, com a apresentação das lutas e conquistas que possibilitaram a estabilidade e o desenvolvimento do município, era primordial para entendermos a identidade municipal, relatando sobre momentos fundamentais na história de Poço Dantas e que caracterizariam a comunidade. Nas localidades, entre elas, sítios, distritos e a sede, foram selecionados vários acontecimentos sobre a formação de seu território como: a chegada dos primeiros habitantes, as primeiras famílias, como surgiu o nome da localidade, entre outras.

Esses elementos foram fundamentais para a formação da sociedade poçodantense e, principalmente, para configuração de sua identidade atual, que é expressa de diversas formas perante os cidadãos que habitam a cidade e também os chamados “filhos ausentes”, que não tiveram oportunidades na sua cidade e que procuraram se estabelecer em outro município, mas nunca deixando seu amor por Poço Dantas acabar – com a esperança de futuramente poderem prosperar em sua terra amada.

3.1 SÍMBOLOS E RESGATES HISTÓRICOS

Poço Dantas, assim como outras cidades pequenas, começaram a fazer uma busca por sua história inicial, retratando a construção cultural de seu povo e remetendo aos primeiros habitantes que residiram em seu território. Fizeram, assim, uma exaustão de suas lutas e glórias que foram fundamentais para sua existência e, conseqüentemente, favoreceram sua emancipação política. A argumentação sobre os primeiros filhos é de suma relevância pelo

fato da visualização histórica de como deram seus primeiros passos para a realização de seus feitos.

Tendo em vista que o município de Poço Dantas tem 31 comunidades (divididas em: 1 sede, 1 distrito e 29 comunidades rurais), a realização de um trabalho histórico sobre o município deveria ser feito, apresentando cada comunidade do município.



Mapa do município de Poço Dantas. Fonte: *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, 2010.

Através da busca de particularidades localidades do município, estavam realizando um trabalho de construção da sua identidade. Identidade que caracteriza o cidadão poçodantense sintetizando os vários tipos de características que representassem o que é ser de Poço Dantas. A história teve um papel fundamental na busca dessa representação, por meio da análise dos diversos aspectos da cultura no município, como também da formatação de novos símbolos para particularizar uma identidade poçodantense.

No mês de setembro do ano de 2010, a Prefeitura Municipal de Poço Dantas, com a parceira da Secretaria de Educação, Cultura e Desporte, lançou para o público um pequeno livro chamado *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, contendo relatos sobre a história do município e fazendo uma apresentação detalhada de cada localidade do território municipal de Poço Dantas. O livro foi construído através da iniciativa

do prefeito constitucional do município em 2010, Itamar Moreira Fernandes, e da secretária de educação do município, Gilderlânia de Souza Oliveira. Por meio de pesquisas e produções realizadas no ano de 2006 por professores e alunos da rede municipal de educação, em exercício de tarefas, cada aluno e professor trouxe sua contribuição acerca da localidade em que está a escola a qual exercem o trabalho.

É uma espécie de “resgate da história” implementado pelo governo municipal que buscou possibilitar um engrandecimento historiográfico da cidade. Apesar de ser um trabalho inicial e simples, é de grande importância pela tentativa de construção da identidade municipal, apresentando cada história e características locais dos sítios, distrito e comunidades.

Percebe-se que o trabalho do livro *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas* está estabelecido de forma a, inicialmente, apresentar a história de construção do município; em seguida destaca os símbolos do município que é o brasão, a bandeira e o hino; depois, mostra o conteúdo principal do livro que é, através de entrevistas de pessoas de cada localidade, construir essa história oficial do município de Poço Dantas.

Segundo o livro, “os símbolos contam a história de lutas, coragem, trabalho e amor de um povo pela sua terra” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.). É visível a exaltação de características tanto da sua terra como do seu povo. Percebemos através do hino, bandeira e brasão o objetivo de levar o sentimento de civismo a todos os munícipes, com palavras de exaltação a seu povo e ao município, como também a demonstração de características peculiares de seu território que fazem a cidade de Poço Dantas grandiosa.

Relatando sobre o Brasão, ele foi construído pelas seguintes representações:

O escudo usado para representar o Brasão de Armas de Poço Dantas foi o primeiro estilo de escudo introduzido em Portugal por influência francesa, herdado pela heráldica brasileira como evocativo da raça latina colonizadora e principal formadora de nossa sociedade.

A coroa mural de cinco torres em metal prata que sobrepõe o escudo é o símbolo universal dos brasões para as cidades.

No interior do escudo, a paisagem que se encontra ao fundo, é formada por serras verdes que é a representação das altas serras que circundam a Cidade-Sede. As mesmas são sobrepostas ao sol nascente.

Nos ornamentos exteriores, as ramagens de milho e feijão, lembram no Brasão, a agricultura que mais se destaca no município.

No listel dourado, cor simbólica de glória, esplendor, grandeza, riqueza, inscreve-se em letras escuras, o topônimo identificador “Poço Dantas” ladeado pela data de emancipação política do município.

O Brasão de Armas tem proporção de 7 unidades de largura para 8 de altura e é usado nos papéis oficiais dos órgãos administrativos do município (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.).

O brasão do município foi feito em julho de 1997, tendo a autoria de Elza Vânica Almeida de Sousa. Por solicitação do secretário de educação do município, José Jailton Rolin de Andrade, os alunos das escolas do município enviaram desenhos em que a Secretaria de Educação os encaminhou para a Câmara Municipal para que fizessem a escolha do brasão do município.



Brasão do município de Poço Dantas.

Fonte: *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, 2010.

Percebemos características importantes do relevo, economia e história de Poço Dantas. Embora seja um desenho com traços infantis, expressa através dessa simplicidade a representação da imagem das serras – a cidade tem a sua paisagem rodeada de serras, que é uma referência a sua natureza. A agricultura, que foi de suma importância para a emancipação do município, também aparece no brasão com a representação do feijão e do milho. Além disso, outros aspectos do brasão aparecem, como o animal símbolo do município, a Anta, que visualizamos no centro da imagem do brasão.



Bandeira do Município de Poço Dantas.

Fonte: *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, 2010.

Um outro símbolo apresentado no livro *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, e de grande expressividade para a cidade, é a bandeira municipal, de autoria de Keyller Alyson de Sousa Josias, que tem a seguinte descrição:

A bandeira do município de Poço Dantas e o Brasão de armas foram instituídos pela lei nº 140 de 02 de dezembro de 2008 tendo a Bandeira a seguinte descrição: é esquadreada em cruz, sendo os quartéis representados na cor azul delimitados por faixas amarelas. Ao centro, encontra – se um círculo delimitado na cor azul, onde está escrito: na parte superior, “Poço Dantas” e na parte inferior “Paraíba”. O interior do círculo ostenta uma paisagem formada por altas serras na cor verde, sobrepostas ao sol nascente. Sobrepondo os quartéis, à esquerda, uma ramagem de milho e à direita, uma ramagem de feijão, entrecruzadas em ponta, entre as ramagens está uma faixa na cor branca contendo a data da emancipação política do município, “29.04.1994” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.).

A construção desses dois símbolos foi de suma importância para a formatação do amor cívico à cidade que, em consequência, possibilitou a representação da identidade do povo de Poço Dantas através desses símbolos.

A apresentação da história dos primeiros habitantes que residiram nas terras pertencentes ao município possibilitou a construção historiográfica do município, ressaltando momentos importantes da história inicial do município, destacando as lutas e construções para fixação das pessoas naquelas terras, mostrando as dificuldades que as pessoas tiveram para a estabilização e surgimento de alguns povoados.

Nesse levantamento de entrevistados, percebe-se a preocupação em relatar como se formou a localidade, até o nome do local tem importância para a história e o estabelecimento da comunidade, relatos como: o sítio Tanques, que levou esse nome por causa de lajedos de pedra que, no período do inverno, quando as chuvas são mais abundantes, surgem piscinas naturais (tanques). Outra localidade que teve sua explicação sobre seu nome foi o sítio Bolandeira, que é o nome dado a uma casa de farinha que é movimentado pela tração de animais, como bois.

Como já apresentado, até mesmo o nome da cidade tem sua explicação. A origem do topônimo local é contada da seguinte forma: onde hoje é a cidade-sede do município teria um poço d'água, onde um animal mamífero de grande abundância no passado, a Anta, bebia água ao descer da serra. Por isso, o nome que seria o Poço das Anta, mais tarde, se tornou Poço Dantas.

Dentro da pesquisa que se fez para o livro *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas*, um relato de constante argumentação entre as comunidades são os primeiros habitantes das localidades. Dentre os quais podemos destacar os distritos São João Bosco e Tanques. Em São João Bosco, um dos pioneiros a residir na localidade foi o Sr. Manoel Alexandre. Na sequência, as famílias Alexandre, Teodósio, Vieira, Baltazar, Nunes se estabeleceram naquele distrito. Em Tanques, os primeiros moradores foram: Lino Pereira, Manoel Limeira, Francisco Pereira, João Pereira, Pedro Cândido, os irmãos João e Joaquim Limeira, Miguel e Joaquim Pedraúna.

A importância da memória dos primeiros habitantes é fundamental para a constituição das primeiras famílias locais. Além de mostrar como essas pessoas começaram e desbravaram esses novos territórios, ressalta todas as dificuldades que eles obtiveram para formar uma sociedade e promover o desenvolvimento local.

As primeiras construções de importância para a sociedade local eram as casas de farinhas, onde se fabricava a goma e farinha. Muito além da produção, a casa da farinha também era um local de entretenimento, como vemos nas casas de farinha do sítio Boa Vista:

Por volta de 1970, Libânio de França Maciel (irmão de Solon) construiu uma outra casa de farinha.

Desta vez, não podia ser diferente, continuou com a mesma animação, pois todas as noites havia baile numa casa próxima à casa de farinha, animado ao som de uma sanfona, tocada por Gonçalo de França e um banjo, tocado por Solon de França Maciel.

Vinham moças e rapazes de outras localidades como Miuns, Venha-ver, Bulandeira, Barro Vermelho, Cacos, e Lagoa dos Cesários, entre outras. Era muito animado, pois todos passavam o dia trabalhando, porém, sabiam que a noite tinham diversão (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010:s.p.).

As casas de farinha tinham sua importância não apenas como local de trabalho e de produção do alimento de diversas famílias, mas também como um lugar de encontro e diversão da população, onde se reúnem ao som da sanfona e a diversão e alegria eram constantes para aquelas pessoas.

Na parte referente a natureza, Poço Dantas é privilegiado. Alguns pontos turísticos são importantes para a caracterização do município. A pedra da tinta é um ponto de grande visita de exploradores, onde se pode avistar a cidade: “Nestas pedreiras, assim como em outras próximas, existem pedras que soltam uma espécie de pó em várias tonalidades, tais como: vermelho, dourado, bege, azul, marrom, etc. este pó adicionado com água produz uma tinta de excelente qualidade” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.). Um local de importância para os poçodantenses. Vários moradores fazem visitas e expedições pela localidade da pedra da tinta, mesmo com difícil acesso no inverno, quando a mata fecha e a caminhada é em um terreno inclinado. Todas as dificuldades são recompensadas ao chegar no topo da pedra com sua bela visão de todo o vale.

Entidades municipais e representantes do município lutam para a criação de um projeto de melhoria do acesso a pedra da tinta, fazendo com que seja mais fácil a caminhada para que visitantes e aventureiros possam ter o prazer de desfrutar do local, enriquecendo a parte turística da cidade.

Além da busca de todas as características do município, o livro *História, expressões e eventos da cultura do município de Poço Dantas* apresenta fatos históricos importantes que a localidade vivenciou. Na parte referente ao sítio Miuns, por exemplo, trata da passagem da Coluna Preste por Poço Dantas. Em entrevista com dona Josefa de Bastos e Francisco Cesário, que presenciaram esse evento, argumenta-se com detalhes sobre o ocorrido.

Com alguns populares os revoltosos agiram com paz, como seu Francisco Cesário: “no caminho encontraram Seu Francisco Cesário, que na época tinha apenas 12 anos. Então um dos revoltantes deu para ele um lenço vermelho com bananas e bolo, e mandou-lhe seguir em

frente. Não o fizeram mal algum, pois era apenas uma criança” (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.). Outro relato, mais violento:

Os revoltantes seguiram para o sitio Imbé chegaram na fazenda do Major Baltazar que estava na cidade de Luiz Gomes, acompanhado de seu filho. Em sua casa encontrava-se apenas sua esposa, Dona Emília. Os revoltantes hospedaram-se lá. Colocaram fogo em todos os roçados, mataram seus animais, e ordenaram que os empregados da fazenda fizessem um jantar reforçado, e continuaram as destruições.

Dona Emília, mandou um recado para Major Baltazar, seu marido, pedindo que o mesmo viesse, pois a Coluna Prestes, estava em sua fazenda, destruindo tudo. E fez mais um pedido: que viesse em paz.

Quando o Major Baltazar chegou, os Revoltantes o tiraram do cavalo nos Braços, mas quando viram que ele veio armado pegaram ele por ordem do chefe e trancaram-no num quarto, para matá-lo no dia seguinte. Dona Emília, se ajoelhou nos pés do chefe da Coluna Prestes e pediu-lhe que não matasse seu marido, porém quando foi no dia seguinte pela manhã, o chefe mandou trazê-lo e falou: Ajoelhe-se aos pés de sua esposa e peça a benção, pois ela não é uma mulher, e sim um anjo, pois a mesma salvou sua vida (FERNANDES; OLIVEIRA, 2010: s.p.).

Todos esses aspectos são destacados com o intuito de produzirem uma narrativa de exaltação para o município, evidenciando fatos históricos, elementos naturais, sujeitos e manifestações culturais que estariam na base do que é ser poçodantense. Esse material possui, claramente, um sentido pedagógico, sendo utilizado para fazer conhecer a cidade, seu povo e sua história e criando um sentimento de amor cívico capaz de fortalecer a identidade local.

3.2 IDENTIDADE POÇODANTESE

A identidade do município vem sendo construída a partir de diversos aspectos que influenciam diretamente o indivíduo. O símbolo de civismo poçodantense vem sendo implementado principalmente pelos governantes que estimulam as características próprias e particulares locais. Poço Dantas, a cada dia que passa, vai se desenvolvendo ainda mais. Em seu pequeno trajeto histórico como cidade, vem construindo diversos recursos voltados para os vários setores da sociedade.

Uma paixão que surge atualmente no município é o futebol, sendo uma prática muito desenvolvida por toda sua população, sendo apreciado por crianças, adultos e idosos, como também homens e mulheres. Ocorreu a construção de campos, investimento nos times com os materiais para a realização do esporte, implementação de escolinhas de futebol pelo

município, batizado com o nome “Escolinha do Futuro”, a realização de campeonatos de diversas categorias, infantil, adultos e veteranos. Percebe-se a valorização que faz a população ter essa paixão pelo esporte muito forte, muitas vezes sendo batizada como “A terra do futebol”, por conta da tamanha exaltação desse esporte na cidade.

Uma organização qualificada é exercida pelos representantes desse órgão esportivo. O estádio de futebol da cidade (Francisco Evangelista) conta com uma estrutura boa em relação a outras cidades do mesmo porte de Poço Dantas, tendo uma secretaria responsável por esse órgão e contando juntamente com a Liga Desportista poçodantense (LDP). Um estádio com gramado de qualidade, campo murado, onde constam alguns projetos ainda a serem concluídos como: iluminação do estádio e a construção de arquibancadas. Não só na sede, mas em muitas localidades existem campos de futebol construídos para a população dos sítios, vilas e distritos do município, fazendo o futebol ser muito mais que um esporte e sim uma forma de lazer para a grande maioria da população do município.

Foi realizado um sonho alimentado por mais de 50 anos: a BR 434, ponto importante para explicar as conquistas que a cidade vem alcançando ao longo dos tempos. O que antes era uma estrada de terra, de grande importância desde o seu início como povoado, ligando as cidades de Uiraúna e Poço Dantas, hoje é uma rodovia federal asfaltada, que tem como propósito a ligação entre os estados da Paraíba e Ceará. Essa estrada leva o desenvolvimento principalmente para Poço Dantas, acabando com os percalços dos tempos de chuva, quando os rios que cortam a estrada enchem; e dos tempos de seca, quando a poeira toma conta do caminho. Essa saída do isolamento, trazido pela BR 434, possibilitou um desenvolvimento maior para a cidade, através do comércio e de novos investimentos que podem surgir.

A festa de São Francisco é um dos festejos de principal importância para os municípios. Ocorre entre o finalzinho do mês de setembro e início de outubro, tendo como data principal o dia 04 de outubro. Diversas pessoas participam das noites de novenas, leilões, desfiles, procissão, dentre outros eventos. E tendo como evento principal a missa de São Francisco e o almoço, levando um número grandioso de devotos e pessoas que presenciam essa data importante para todos os poçodantenses. São Francisco, o padroeiro do município, tem grande valor para a cidade. Como ponto crucial para perceber características dos cidadãos de Poço Dantas, a religião e devoção é central para as pessoas.

Com relação aos símbolos que representem e expressam o civismo de Poço Dantas, tem-se o hino do município. Composição de Evaldo Soares Montes, o hino tem versos que

mostram características do município, junto com o sentimento de valorização que os cidadãos de Poço Dantas têm pelo seu lugar.

“Terra amada, pequena e atraente. Tua história nos honra e encanta. Cantaremos teu progresso no presente. Com o hino de glória a Poço Dantas” (SOARES, 2006.). Esse é o trecho referente ao início do hino municipal, que começa caracterizando o território: mesmo sendo pequeno, os seus habitantes e visitantes a amam por conta da sua atratividade. No seu refrão tem a exaltação de seu povo como ponto crucial e marcante da melodia: “Poço Dantas, terra deslumbrante. De um povo heroico alegre a aclamar. Es orgulho de todos os teus filhos. Que não cansam de te exaltar” (SOARES, 2006.). É a mensagem principal que o hino expressa, a de mostrar que os habitantes têm orgulho pelo seu município e de construir entre a população uma ligação com o lugar, um amor pela terra por tudo que aconteceu e que ainda vai acontecer nesse processo de desenvolvimento que o município trilha enquanto cidade.

Em um trecho é mostrado a riqueza de sua natureza e a alegria que o povo tem pela sua emancipação política: “Em teu colo amado adormecermos. Na nascente de teu rio despertamos. De teu solo e cultura vivemos. E a tua liberdade exaltamos” (SOARES, 2006.). É importante perceber que o hino municipal tem essa intenção de formatar essa característica da população, ou seja, de estabelecer a identidade poçodantense. Visualiza-se que dois pontos são fundamentais para se entender a identidade poçodantense: a riqueza natural do seu território, que é fundamental para o desenvolvimento econômico do município e a sua cultura, as formas culturais que o povo preserva e pratica. Formas culturais como já foram explanadas no texto: futebol, religião, festas, dentre outras formas culturais existentes, que fazem do povo poçodantense, um povo culturalmente rico e que valoriza suas formas de expressão culturais.

O Hino municipal tem essa característica importante de apresentar alguns fatores importantes da identidade poçodantense, juntamente como o brasão e a bandeira tem essa mensagem de valorização e de exaltação de riquezas que o município apresenta, fazendo deles símbolos de suma importância para a população em geral.

Os setores políticos levam essas mensagens de civismo principalmente pelos símbolos de criação como: brasão, bandeira e hino, que são exaltados no período do dia da cidade, quando são expostos com maior força através da mídia local; como também pela parceria com a educação, na qual a parte histórica é apresentada aos alunos e o hino é ensinado. Um ponto marcante dessa exaltação dos valores culturais do município é através do desfile cívico que acontece no dia da cidade, quando se comemora a emancipação política. A cidade fica cheia de visitantes e esse é um momento propício para mostrar todos esses valores que o município delimitou como símbolos políticos e identitários de Poço Dantas. Essa festa cívica, na data da

emancipação, é o ápice desse movimento de exaltação da cidade e de seu povo: a expressividade de ser poçodantense e de expor essa identidade em praça pública.

CONCLUSÃO

Podemos perceber que Poço Dantas passou por diversas fases até a sua emancipação. Desde seu tempo de sítio ainda pertencente a São João do Rio do Peixe, passou por diversas dificuldades que amenizaram quando se tornou um distrito e depois cidade. Como vimos, um ponto que contribuiu para a emancipação política de Poço Dantas foi a Constituição Federal de 1988. Essa constituição trouxe uma maior facilidade na emancipação de municípios. Essa foi a oportunidade que Poço Dantas aproveitou para se tornar um município, em 29 de abril de 1994.

Analisamos características importantes que, na história oficial, não são apresentadas ao público. Foi através das atas municipais que se presenciou essas lutas, embates, reivindicações políticas, além de apresentar as principais pessoas que lutaram por essa construção inicial da cidade, com busca de obras e discussões de melhoria para região de Poço Dantas. Pode-se destacar o primeiro gestor da cidade, José Milton Santiago, conhecido como Azulão, que desde seu tempo como vereador em Uiraúna atuou como líder político poçodantense.

Passados por todos esses processos, o território, agora emancipado, começou a construir sua história como cidade, estabelecendo os principais símbolos e elementos que definem a cidade e seu povo. Características como: agricultura, esporte, símbolos do município, território com grandes riquezas naturais, a religião, dentre outras. É nessa pluralidade de aspectos que foi edificada a identidade poçodantense, que se apresenta na forma de orgulho e de valorização por sua terra. A conexão entre a história e a riqueza existentes no território fazem a constituição da identidade que Poço Dantas apresenta com orgulho. Os órgãos políticos têm essa preocupação em levar essa identidade aos novos cidadãos do município através de incentivo a praticas culturais e apresentação da história pelas entidades educacionais.

Em grande medida, buscou-se promover o conhecimento do processo de emancipação política da cidade de Poço Dantas, destacando os elementos políticos e culturais que contribuíram para esse processo. É com esse fim que este trabalho se encerra, na expectativa que outros estudos possam surgir e ampliar o conhecimento desta “terra amada, pequena e atraente”.

REFERÊNCIAS

- BACELLAR, Carlos de A. P. **Fontes documentais uso e mau uso dos arquivos**. In: PINSKY, Carla B. (Org.) *Fontes Históricas*. São Paulo: Contexto, 2005.
- BARROS, José D'Assunção. **O campo da história: especialidades e abordagens**. Vozes: Petrópolis, 2004.
- BEZERRA, Josineide da Silva. **O território como um trunfo: um estudo sobre a criação de municípios na Paraíba (Anos 1990)**. 2006. 163 f. Trabalho de conclusão de curso (dissertação de mestrado), João Pessoa, 2006.
- Brasil, **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>>. Acesso em 28 de março de 2016.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Câmara dos Deputados, 1997.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BREMAEKER, François E. J. **A Evolução do FPM: a principal fonte de recursos dos municípios**. *Revista de Administração Municipal*, vol 40, nº 209, out/dez. 1993.
- CÂMARA MUNICIPAL DE POÇO DANTAS**. Atas das reuniões. Poço Dantas, Paraíba. 1997 – 1998.
- CÂMARA MUNICIPAL DE UIRAÚNA**. Atas das reuniões. Uiraúna, Paraíba. 1993 – 1996.
- CIGOLINI, Antônio; CACHATORI, Thiago Luiz. **Análise do processo de criação de municípios no Brasil**. Disponível em: <<http://www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/11-A-Cigolini.pdf>>. Acesso em 25 maio de 2016.
- CARVALHO, Alexandre Xavier Ywata [et al.]. **Dinâmica dos municípios – Brasília** : Ipea,. 2007.
- ESQUINSIANI, Rosimar, Serena, Siqueira. **As atas de reuniões enquanto fontes para a história da educação: pautando a discussão a partir de um estudo de caso**. Passo Fundo, 2007.
- FERNANDES, Itamar; OLIVEIRA, Gilderlânia. **História, expressões e ventos da cultura do município de Poço Dantas**. Poço Dantas, 2010.
- HALL, Stuart. **Identidade Cultural na pós-modernidade**. 10. Ed. Rio de Janeiro, DP&A, 2005.

IBGE, **Biblioteca**. Disponível em: <<http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/paraiba/jocaclaudio.pdf>>. Acesso em 20 de dezembro de 2016.>. Acesso em 12 de dezembro de 2016.

MEDEIROS, João Bosco. **Redação Empresarial**. 7 ed. São Paulo. Atlas, 2010

PARAIBA. Decreto Lei nº 5.931, de 29 de abril de 1994. **Cria o município de Poço Dantas e determina outras providências**. João Pessoa, 1994.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org). **Fontes Históricas**. 3. Ed. São Paulo: contexto, 2011.

Poço Dantas, **Historia**. Disponível em: <<http://www.pocodantas.pb.gov.br/historia/>>. Acesso em 22 de Julho de 2015.

Portal Planalto, **Constituição da República Federativa do Brasil**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em 20 de Julho de 2015.

Prefeitura de Uiraúna, **História**. Disponível em: < <http://uirauna.pb.gov.br/>>. Acesso em 28 de novembro 2016.

ROCHA, Gilberto de Miranda. A dinâmica de centralização e descentralização política e administrativa e a revisão da malha territorial municipal da região norte do Brasil (1988 – 2010). **Revista Franco-brasileira de geografia**. Disponível em : <<http://confins.revues.org/9801>>. Acesso em 15 de janeiro 2017.

São João do Rio do Peixe, **Historia**. Disponível em: < <http://www.saojoaodoriadopeixe.pb.gov.br/historia/>>. Acesso em 15 de novembro de 2015.

Secretaria de estado de justiça e direitos humanos, **constituição federal de 1988**. Disponível em: < <http://img.editorasolucao.com.br/s3.amazonaws.com/594b1b1c/SEJDUHMT/20-constituicao-federal-estadual-.pdf>>. Acesso em 11 de novembro de 2016.

SOARES, Evaldo, Aparecido. **Hino Municipal de Poço Dantas**. Poço Dantas, 2006.